

Janero 2006



*REDA*

*Revista de Estudos em Migratologia*

**ETS**  
FUNDAÇÃO  
TEOBALDO SALES

# REEM

*Revista de Estudos em Micropatriologia*

GOLDSTEIN, Carlos. (ed.) 1986 -

Revista de Estudos em Micropatriologia, Ano 0, Número 1, Janeiro 2006. / Carlos Goldstein (ed.) - Reunião: Fundação Teobaldo Sales, 2006. 18p.

1. Micropatriologia. 2. Teoria Geral do Estado Micronacional. 3. Poder. 4. Classes Sociais. I. Fundação Teobaldo Sales

*Editor*

Carlos Goldstein

*Articelistas*

Bruno Cava (Reunião), Bruno Crasnek (Federação Ibero-Americana), Cláudio de Castro (Reunião), Carlos Goldstein (Reunião), Filipe Aron (URSS), Filipe Oliveira (Reunião), Filipe Sales (Reunião), Jorge Quinta-Nova (Portugal e Algarves), Mauricio Villacrez (Pasárgada), Raphael Garcia (Reunião)

## Sumário

**3** **Intrólito**  
*Carlos Goldstein*

**4** **O que é micropatriologia? Sintético excursão sobre uma estripulia**  
*Bruno Cava*

**6** **Formação Estatal e Contrato Social: breve introdução à Teoria Geral do Estado Micronacional**  
*Raphael Garcia*

**9** **Pela Defesa da Organização das Micronações Unidas: por entre uma Bipolarização Excessiva**  
*Jorge Quinta-Nova*

**11** **Poder no Micronacionalismo**  
*Carlos Goldstein*

**14** **Classes Sociais no Micronacionalismo?**  
*Felipe Aron*



[www.micropatriologia.org](http://www.micropatriologia.org)  
*micropatriologia*  
teorizando o micromundo

# Intrólito

A idéia da elaboração de uma revista de altos estudos em micropatriologia surgiu após a publicação de meu artigo “Cooperação Intermicronacional, solução para Lusofonia” n’O Cometa, em 26 de dezembro de 2005. Nele, sugeri a idéia de uma cooperação desburocratizada, incentivada – mas não necessariamente gerada – pelo Estado, de iniciativas transnacionais, em especial na área cultural – uma vez que não existe autosuficiência das nações em micronacionalistas extraordinários. Lembrei, ainda, da antiga Fundação Pablo Castañeda, que congregou figuras memoráveis do cenário micronacional.

Ademais, motiva-nos a todos o anseio por uma “cientificação” do micropatriologismo. Esta revista, que será, *a priori*, trimestral, busca reunir grandes micronacionalistas, independentemente de visão ideológica ou nacionalidade. É uma iniciativa transnacional, civil e não-governamental que visa o progresso da Lusofonia, como sistema internacional real e sociedade internacional em potencial.

Serão reunidos aqui artigos de todas as vertentes das ciências sociais, obviamente adaptadas ao micronacionalismo. Das Relações Intermicronacionais à Filosofia; da Teoria Geral do Estado à Economia Micronacional. Poderão ser abrangidos, ainda, temas pouco discutido, mesmo pelos acadêmicos micronacionais, como, p.ex., a “teologia micronacional”, surgida, com especial ênfase, quando do advento do Sacro Império Pontifício Vaticano.

Em vista disso, esperamos lograr êxito em nossa iniciativa, pioneira na Lusofonia e, quiçá, em todo o micronacionalismo. *Grosso modo*, a Revista de Estudos em Micropatriologia – R.E.M. – é como um mosaico, formado por diversas peças coloridas. Desejamos, deste modo, que este mosaico figure como uma bela imagem para um observador atento.

*Charles Goldstein, Editor*

*Montegline, Vice-Reino de Mariana, Sacro Império de Reunião,  
Janeiro de 2006.*

# O que é micropatriologia?

## Sintético excurso sobre uma estripulia

Bruno Cava\*

### I

**M**icropatriologia etimologicamente forma-se pela justaposição de micro, palavra grega para "pequeno", patria ("país", do latim) e logia ("conhecimento", grego). Antes de ser utilizada em língua portuguesa, é certo que havia aparecido no francês (micropatologie) e no inglês (micropatology). Por que não "micropatologia"? -sem o i, como seria mais natural, foi questão que já intrigava Aguiar, porém de toda sorte a palavra consagrada foi mesmo micropatriologia.

Quando houve a estréia da micropatriologia é assunto dos mais controversos, como é-o qualquer um que adentre o período pré-Internet do micronacionalismo. Há quem sustente que existe desde o século XIX, enquanto estudo específico de pequenos enclaves, ilhas longínquase principados diminutos da Europa. De acordo com o Institut Français de Micropatologie, em 1973 já existia uma Sociedade Internacional de Micropatriologia, dirigida por um tal Frederick W. Lehmann, do qual o referido Instituto se proclama herdeiro.

Este Instituto prestigiado encontra no micropatriólogo francófono Fabrice O'Driscoll [1]- autor de uma das mais célebres obras atinentes (Ils ne siègent pas à l'ONU, ed. des Presses du Midi, Toulouse: 2000) - o marco teórico elementar. Para o pensador, a micropatriologia constitui disciplina científica que toma por objetos os micro-estados, as micronações e os movimentos separatistas em geral.

A distinção entre micro-État e micro-nation assume papel central para O'Driscoll: Enquanto o primeiro se caracteriza pelo reconhecimento internacional - cuja culminância é a admissão na ONU -, a segunda é uma "très petite nation (...) une collectivité humaine organisée, soumise le plus souvent à un gouvernement et à des lois communes mais hors d'un espace donné". E há também, para o cientista, aquelas que se furtam a qualquer reivindicação territorial.

O pré-requisito para a constituição do micro-estado, portanto, reside na acolhida peremptória pela comunidade internacional estabelecida, e não por acaso, como informa O'Driscoll, as Nações Unidas "considéré comme micro-État (...) tout État dont la population est inférieure à un million et demi d'habitants. "

### II

Outra referência canônica da micropatriologia [2], o Príncipe da Corvânia Peter Ravn Rasmussen, igualmente aponta no estudo de microestados e micronações o objetivo desse campo do saber. Para delinear-lo com mais clareza, do mesmo modo procura conferir consistência aos conceitos de microstate e micronation.

Para micronação, Rasmussen sublinha a etimologia, do latim natus (nascimento), para defini-la ab ovo como "common blood relationship", ou seja, um conceito derivado dos laços sangüíneos de tribos e clãs primitivos. Com o desenvolvimento histórico e a conseqüente maior complexidade do meio social, o citado vínculo familiar dá lugar a um mais antropológico e cultural: o laço de nacionalidade, que o autor circunscreve com as noções de "shared cultural heritage", "linguistic coherence" e "sense of identification by members with the nation". Entretanto, não vê na territorialidade exigência da existência de uma nação (logo, nem para a micronação), o que conduz ao argumento nuclear de Rasmussen: uma micronação pode existir essencialmente como uma nação de facto - só que obviamente em miniatura - porque o conceito de nacionalidade prescinde da dominação física sobre territórios naturais.

Microestado, em oposição, será descrito por Rasmussen não como vínculo histórico-cultural, advindo de uma percepção coletiva, mormente como relação de poder e dominação. Daí que descreve o estado pelos atributos do "monopoly on exercise of force", "legitimacy, as perceived by the governed", "institutional structures established to handle governmental tasks, including, but not limited to, the exercise of force" e, sobretudo e indispensavelmente, "control over a territory".

Desta distinção central na micropatriologia rasmusseana, decorrem duas categorias fundamentais de classificação das micronações. Nationhood são as que tem como tarefa constituir uma comunidade culturalmente caracterizada, em vínculo antropológico; e Statehood as que almejam seriamente obter controle sobre um território para fundar um

microestado. Corvânia enquadra-se na primeira classe, enquanto Sealand ou Hutt River ficariam melhor alojadas na segunda.

Às duas mencionadas, o portal do micro-nations.org (moderado pelo corvínio Lars Erik) acrescenta political exercise (simulações exclusivamente políticas), community (de gostos parecidos, puramente social, mais ou menos como no orkut) e just-for-fun (categoria pouco nobre para experimentos adolescentes e meras brincadeiras), fazendo o seguinte degradê de nível de seriedade, da mais à menos: statehood, nationhood, political exercise, community e just-for-fun.

Ademais, Rasmussen assinala no estado-nação o "most problematical of concepts", visto que a nação e o estado teriam gêneses eminentemente independentes, fundidas num super-conceito graças aos discursos romântico-nacionalistas do séc. XIX. O corvínio lista extensa bibliografia que o levou a atingiras conclusões meramente esboçadas acima.

### III

Atualmente, a ciência das micronações disseminou-se por praticamente todos os grupos lingüísticos e setores anglófonos do globo. No Apollo Sector, por exemplo, Steve Foong coordenou o produtivo e abalizado Micropatriological Research Centre, que elaborou trabalhos em formato . pdf que não deixam nada a desejar em relação a dissertações universitárias. No vetusto portal www.micronations.net, seção de artigos, também há bastante material de interesse micropatriológico, bem como na wikipedia e no antigo fórum da micro-nations.org -somente para citar fontes em inglês (sabe-se que há frutos suculentos em alemão e polonês, ainda inexplorados por nós).

Dentre o micronacionalismo lusófono, os pioneiros da disciplina foram Cláudio de Castro, Pedro Aguiar e Luiz J. Gintner. No tocante aos dois primeiros, estamos familiarizados: Imperador de Reunião (97-)e fundador de Porto Claro (96-2002), respectivamente. O terceiro da lista é um catarinense de Três Lílias – cidadezinha fortemente matizada pela cultura tedesca - que pesquisou enciclopedicamente o micronacionalismo, ainda que (infelizmente)jamais tenha tomado parte ativa das micronações da Lusofonia.

O extensivo trabalho de micropatriologia de Gintner resultou no livro "Em Busca de Lilipt" (ed. Litteris, SP: 1997), que já está na segunda edição e que lhe rendeu dois prêmios: o de Destaque da Bienal do Rio de Janeiro (1999) e o de Personalidade Cultural da União Brasileira dos Escritores da ABL. Nas 304 páginas da obra, o pensador reúne informações sobre mais de 400 microestados e micronações, além de países imaginários e virtuais, de Hong Kong a Sealand, de Lilipt ao Contestado.

Para Gintner, o fenômeno micronacional deve ser teorizado mediante oito gêneros magnos de micronação: "1 - independentes e reconhecidos, 2 - semi-independentes, 3 - efêmeros, 4 - unidades políticas dependentes, 5 - especulativos, lendários ou mitológicos, 6 - enclaves ou exclaves, 7 - projetos políticos e 8 - territórios indígenas".

A produção micropatriológica de Castro e de Aguiar é mais difusa e multifacetada; nenhum dos dois ainda se deu o trabalho de concentrar a experiência adquirida na área em uma obra. Como amostras clássicas do arsenal teórico de cada um, vale destacar a Mensagem do Imperador e a primeira palestra de Aguiar junto à Universidade de Reunião.

Presentemente, há algumas iniciativas claramente na linha micropatriológica e que engrandecem o pensamento micronacional. A Micropédia laboriosamente organizada por pasárgados compilaconceitos, teorias e dados micronacionais de proveito a qualquer estudioso do campo. Dignos de nota, igualmente, são a Revista Avant-Garde, o Portal da ARN e, é claro, a presente Revista, que tudo indica inaugura grandiloqüentemente um período áureo da micropatriologia lusófona, quiçá mundial.

#### NOTAS:

[1] - O'DRISCOLL, Fabrice, Micropatologie, Micro-États et Micro-Nations, artigo online.

[2] - RASMUSSEN, Peter Ravn, "Nations" or "states" - an attempt at definition, artigo online.

\* **Bruno Cava**, 26, reunião, é editor do Jornal Tribuna Popular e da Revista Avant-Garde, ofereceu o curso Micropatriologia Lato Sensu, na Universidade Comunitária Micronacional; é também co-fundador da Comunidade Livre de Pasárgada e do Instituto Pasargadista de Micropatriologia (INPAM), pratica intensa e ininterruptamente micronacionalismo há cerca de 6 anos e, atualmente, se dedica ao Projeto Alvorada, no Sacro Império de Reunião, além de exercer o cargo de Confidente Imperial.

# Formação Estatal e Contrato Social: breve introdução à Teoria Geral do Estado Micronacional

Raphael Garcia\*

Após anos de debates acerca da formação do Estado Micronacional e de sua organização, podemos dizer que já existem as mínimas premissas necessárias para se formar uma teoria realmente válida e se criar um esboço funcional da maneira como se configura o Estado, de seus elementos principais e do jogo de poder que existe entre suas “partes”.

Antes de mais nada deve-se observar a situação intermicronacional do Estado, observar a composição e formação desta entidade. Segundo Murta-Ribeiro,

Estado é a entidade necessária em que se observa o exercício de um governo dotado de soberania para exercer seu poder sobre uma população, num determinado território, onde se cria, executa e aplica seu ordenamento jurídico, visando ao bem comum. Um conceito mais simples de Estado coloca que este é uma entidade para a qual o povo sede soberania sobre si próprio para que aquele regule e administre a vida em sociedade. (Murta-Ribeiro, Filipe A. Sales. Manual de Direito Internacional Público. p. 4)

Em resumo, o Estado é uma entidade com Território, Povo e Soberania para ser exercida sobre os demais elementos. Até este ponto não é possível vislumbrar diferença alguma entre o Estado macro e o Estado puramente Micronacional e com suas especificidades. Segundo o Imperador Reunião Cláudio primeiro, “uma micronação é uma simulação política e de sociedade, em que pessoas voluntariamente escolhem participar, aceitando suas ‘regras’ (leis) e ‘parceiros’ (concidadãos)” (Castro-Bourbon, Cláudio. O micronacionalismo é uma brincadeira?). Para Pedro Aguiar, “fundador” do micronacionalismo lusófono,

Assim como há simulações de empresas, aviões e sociedades secretas, há simulações de países. Uma micronação não é um jogo, porque não tem regras definidas. Mas é um hobby. Também não é uma tentativa de declarar independência de nenhum país: é apenas uma simulação com objetivo de simplesmente divertir. Não é correto chamar uma micronação de “país virtual”, porque dá a impressão de que elas só existem pela Internet. Na verdade, as simulações de países existem desde muito antes da Internet e a imensa maioria delas se comunica pessoalmente ou por carta. A Internet é apenas um meio que facilita o contato entre as pessoas, e mesmo com outras micronações. (Aguiar, Pedro. Texto disponível no Site do Estado de Porto Claro)

Porém, antes de qualquer análise mais aprofundada dos Elementos Fundamentais do Estado, é preciso ressaltar um aspecto da formação Estatal. Muito presente na filosofia política macronacional é a idéia contratualista, representada por escritores de peso como Hobbes, Rousseau e Locke.

Em uma rápida explanação, que busca ressaltar as semelhanças das visões dos diversos contratualistas, esta doutrina prega que os indivíduos ao adentrarem no Estado implicitamente assinaram um Contrato Social que traz as diretrizes básicas daquela sociedade específica, como, p.ex., a subjugação ao poder estatal e a aceitação e respeito às leis e costumes. A existência de um Contrato Social seria eterna, pois embora exista a possibilidade do indivíduo mudar de um Estado para outro, sempre este estará submetido ao jugo estatal, seja ele de qual Estado for. (Goldstein, Charles. Texto baseado em conversas pessoais).

O Micronacionalismo observa de forma mais clara a presença de um Contrato Social desde sua concepção, um Contrato próprio. A visão de Contrato Social – embora em uma análise mais profunda e detalhista, bem diferente do contratualismo macronacional, em seu núcleo teórico similar – é de fácil verificação na necessidade de aplicação formal para se entrar em qualquer micronação lusófona, materializada por formulários de imigração ou similares. Ao adentrar em uma micronação aceitamos formalmente o *modus operandi* desta, aceitamos suas leis, costumes e tradições.

Neste ponto podemos considerar um ponto de conflito, seria considerado “legal”, válido, um Contrato tendo como base a entrada de um cidadão com objetivos meramente destrutivos, sem a real intenção de aceitar o “*way of life*” próprio da micronação?

Seria – ainda - a idéia de *Revolução* uma quebra formal do Contrato?

Assim como se verifica a existência de um Contrato, verifica-se também a presença de um Estado de Natureza; Este último um estado de mera alienação – no sentido Marxista de desconhecimento de uma realidade (maior) -, não

precisando se de conflito ou harmonia, apenas outra realidade separada que por vezes se tocam, mas não se confundem ou se assemelham plenamente.

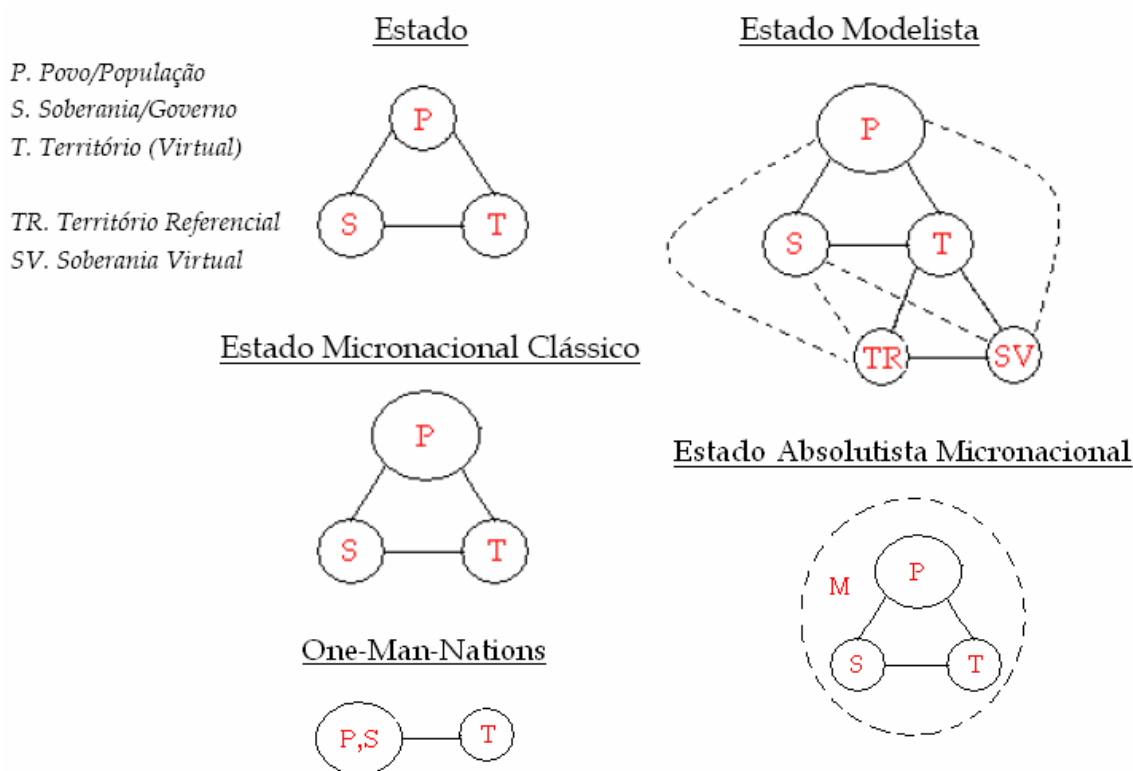
Deve-se notar que o Estado de Natureza é aquele especificamente pré-entrada no Micromundo, a alienação; porém ao se tornar apátrida, o micronacionalista não volta ao Estado de Natureza – algo que seria impossível pois a fase de alienação já há muito foi superada! – e sim aceita *tacitamente* o Contrato Social. Diferentemente do mundo macro é perfeitamente possível “existir” no micromundo e ao mesmo tempo não estar submetido a nenhum Estado, a nenhum Contrato *formal*, mas ainda assim distante do Estado de Natureza.

Uma característica de máxima importância que torna o Contrato micronacional diferente de seus correlatos macronacionais é a possibilidade de se extinguir o referido Contrato. Ao sair de uma micronação extingue-se o Contrato formal assinado na entrada de um cidadão a uma micronação específica, há ainda a possibilidade de se entrar em outra micronação – havendo então a assinatura de um novo Contrato – ou até mesmo de voltar a uma micronação anterior havendo novo Contrato. Em alguns casos específicos, como os de Reunião e Pasárgada, o Contrato de um cidadão extingue-se apenas através de pedido oficial (abandono de cidadania) ou mediante preenchimento de formulário de imigração de outra micronação. Para demais casos (até mesmo a saída do micromundo) a cidadania ou o Contrato permanecem válidos.

Em resumo, podemos diferenciar os modelos micro e macronacionais perfeitamente, enquanto o Contrato é eterno do ponto de vista macro, do lado micro ele pode ser “rescindido”, desfeito a qualquer momento.

Devemos observar, ainda, uma singularidade do Estado micronacional que é a relevância ou preponderância do fator “Povo” sobre seus demais elementos constitutivos. Quando falamos em Soberania Estatal estamos nos referindo – no caso micro – muito mais em relação ao Povo que ao Estado propriamente dito. Como mencionado antes, não é incomum que o Estado micro seja a personificação de um indivíduo ou de um grupo líder, este (o Estado) mantém suas características, mas demonstra uma preponderância pelo Povo que passa a ser a maior referência da soberania (no caso micro a Soberania Popular é levada até o máximo) e o Estado é relegado à função de mero diferenciador (observamos este fato nas concepções Virtualista, Modelista e Derivatista majoritariamente).

Não há simetria perfeita entre Povo-Soberania-Território (no caso Modelista, Povo-Soberania-Território-Território Referencial-Soberania Virtual) e sim a mais pura primazia pelo Povo:



As Relações Intermicronacionais observam muito mais o poder de indivíduos, a soberania de indivíduos – popular – personificando Estados que o modelo das relações internacionais macronacional. O elemento “Povo” possui clara preponderância na constituição do Estado micronacional, demais fatores são não só ligados as também agem em função deste.

Os conceitos de TR e SV, presentes no Estado Modelista, foram criados por cerca de seis mãos, as de Bruno Crasnek, Raphael Garcia e Bruno Cava, frutos de extensas discussões durante a existência do FUPEP (Fundação

Pasárgada de Estudos Políticos), em Pasárgada e do IPC (Instituto Pablo Castañeda), em Marajó. Pessoalmente enxergo nestes “elementos acessórios” do Estado Modelista uma relação maior, uma interação maior com o Território que com os demais elementos (Soberania e Povo) por serem – dentre outras coisas – elementos puramente virtuais, sem serem prerrogativas necessárias para a existência do Estado Micronacional como conhecemos.

Para o Modelismo, existe uma soberania (V. Garcia, Raphael. Concluindo. (e-mail no grupo da Fundação Pablo Castañeda) sobre o território referencial, assumida pela ocupação e pelo reconhecimento externo, ou seja, ainda que não sejam elementos essenciais, a Soberania Virtual e (sobre) o Território Referencial, são elementos indispensáveis para a identidade deste modelo de micronação que poderia perfeitamente ser chamado de MicroEstado.

Nas nações conhecidas como One-Man-Nations, não existe clara diferença entre o povo (apenas um indivíduo) e a Soberania. Como dito antes, a Soberania Estatal micronacional age em função do povo, porém não há exatamente “povo” em uma micronação onde habita apenas um cidadão, seu Rei/Governante e é ele apenas que exerce a Soberania e a tem exercida sobre si. Mais que se confundir, a Soberania e o Povo da micronação em estudo se fundem, tornam-se o mesmo, o único cidadão torna-se “detentor” e aquele quem exerce a Soberania sobre seu território e apenas sobre ele.

Por fim, temos os Estados Absolutistas ou até mesmo Estados onde há forte ou total identificação/subordinação do Povo frente a um Monarca ou “cidadão Esclarecido”, este “ser especial” passa a ser o centro vital da micronação, penetrando em todas as esferas, transformando-se até na própria micronação, casos como estes são vistos na reunião de Cláudio Castro, Pasárgada da era Bruno Cava, Porto Claro sob o Aguiarismo e etc.

Estes breves comentários servem como introdução aos diversos modelos micronacionais, aos diversos modelos de Estado e à teoria básica necessária para se entender – ao menos – a Lusofonia, sem achismos e de forma clara, científica.

**\*Raphael Scott-Muniz Garcia**, 20, reunião, Sloborskaio (Honorário) Micropatriólogo, Cientista Político Micronacional, MicroSocialista, Conselheiro Imperial, Secretário de Filiação do MicroSoc, Deputado Real Mariano, Embaixador na URSS, Detentor da Ordem da Cruz de Strauss.



# Pela Defesa da Organização das Micronações Unidas: por entre uma Bipolarização Excessiva

*Jorge Quinta-Nova\**

As relações entre micronações sempre se pautaram pelos interesses de cada micronação particular e a acção dos seus diplomatas e cidadãos. Nem sempre esses interesses são tendentes à harmonia das relações entre elas, mas definem a acção e identidade externa da micronação.

Em certos momentos da vida destes fluxos internacionais, há concertações entre vários micro-países que nascem de convergências particulares de vontades e desejos semelhantes de projecção externa. Assim nascem as organizações internacionais, não de motivos únicos, mas com motivações abrangentes e várias.

Não parece, à primeira vista, plausível que 7 micronações tenham adoptado uma convergência em matéria de política exterior, principalmente quando falamos de micronações que, bem ou mal – isso é com os comentadores, são marcos da Lusofonia como a conhecemos hoje. Não adianta quantificar ou qualificar o contributo que cada uma deu. O certo é que pela sua mera existência e vontade soberana de existir, cada micronação ganha um lugar entre a Lusofonia.

Numa perspectiva linguística, a apropriação dos signos-poder são uma constante no discurso político-institucional de qualquer micronação. Muitas vezes, se não todas mesmo, um signo ou palavra-poder é apropriado por dois ou mais campos micronacionais. A oposição binária, pela sua escassez no corpus discursivo micronacional, oferece-nos uma boa perspectiva acerca do funcionamento dos grupos,

Todos poderemos notar que efectivamente há grande dispersão de signos-poder, i.e., signos que sejam directamente apropriados por mais do que uma micronação. Um exemplo salta à frente: “Verdadeiro micronacionalismo”, construção apropriada legitimamente por quem a utilizou inicialmente, mas tal como “micronacionalismo sério”, são dois signos frequentemente dissolvidos em novas construções da proposição. Não constituem signos-poder, pois dependem demasiadamente na adjetivação e não condensam os ideais políticos e ideológicos subjacentes a cada.

Resta-nos observar que a oposição binária, na sua acepção mais aproximada, manifesta-se com o objectivo da desqualificação. Agrupa os elementos, por mais distintos que sejam, e coloca-os como o mesmo objecto de desqualificação.

Não pode haver neste discurso terceiros elementos, e a existirem eles estão dispersos ao nível mínimo e sujeitos sempre à lógica geral do discurso. Tal acontece numa lógica de apropriação dos signos-poder, fundamentais na polémica (deriva de polemos, guerra) enquanto marcadores de discurso e sustentadores de autoridade.

Esta prática discursiva é tudo menos discutível, no sentido do combate político, mas tem o perverso hábito de, ao agrupar e massificar grupos binários, “incha” de tal forma a “garrafa” discursiva, impedindo uma perfeita comunicação pragmática no sentido de escoreita e adaptada à vida prática do dia a dia.

Fica aqui o elemento crítico. O mal (se é que lhe podemos qualificar como mal) é usado por muitos fazedores de opinião micro que no objectivo directo de manifestarem o seu desacordo do recente embargo da O.M.U. ao Sacro Império de Reunião, pervertendo um real significado político. Através da desqualificação, têm o condão de esconder uma mensagem útil de parte da Lusofonia.

Não é mal estrito de Reuniões, ou de qualquer micro nacionalidade, é um recurso discursivo que impede a razão, racionalizando a emoção, e esbatendo num espiral de obscurecimento de reais e pragmáticas situações do nosso dia-a-dia.

A O.M.U. e o seu embargo escondem por entre excessivo e frondoso arvoredo discursivo, ornatos de poder e submissão, que em nada clarificam as situações políticas que se sucedem.

Mais para a frente um estudo linguístico-estatístico poderá evidenciar essas palavras-poder consoante os locutores e mapear o discurso.

A questão permanece: Preferimos desqualificar o adversário ou tentar obter uma qualquer espécie de compromisso?

\***Jorge Quinta-Nova Halliwell**, 31, algarvio, Presidente da Real Universidade Portuguesa e político, pratica o micronacionalismo há três anos.

# Poder no Micronacionalismo

*Carlos Goldstein\**

Poder é sem dúvida um conceito essencial ao estudo das relações internacionais e o mesmo é também válido para as relações intermicronacionais. Todavia, antes de adentrarmos o arcabouço da fenomenologia intermicronacional, cabe entendermos, em um sentido mais amplo, qual é a conceituação de poder. Vejamos algumas visões sobre este tão peculiar verbete.

Segundo Mário Stoppino,

em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como nas expressões Poder calorífico ou Poder de absorção).[1]

Já para um escritor britânico, poder é “the ability to make people (or things) do what they would not otherwise have done”[2], enquanto Morgenthau afirma que

O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra.[3]

Em uma análise mais recente, Joseph Nye coloca que “em termos simples, é a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo” [4]. É, portanto, difuso e complexo o entendimento do conceito de poder.

Todavia, considerando as colocações acima relacionadas – entre outras aqui não explicitadas – e movendo-nos no sentido da análise que utilizaremos, veremos que, grosso modo, poder é a capacidade de um ator agir e, desse modo, subjugar outro à sua vontade, independentemente dos meios utilizados para atingir este fim. Nesse sentido, o poder pode emanar, p.ex., de uma posição hierárquica diferenciada – como a de um General em relação ao Major –, de uma atribuição física – como a força de um indivíduo faz com que os outros o temam –, de uma diferença tecnológica – como a posse de uma arma de fogo por alguém, em relação a outrem desarmado ou de inúmeros outros fatores.

Lançada a conceituação em um sentido mais amplo e abrangente, devemos partir para a análise do papel e do que seriam elementos de poder no Cenário Intermicronacional.

## **Relatividade do Poder Micronacional**

Como já afirmado, a posição dos Estados Micronacionais diferem substancialmente dos seus pares macronacionais no que se refere à interdependência. Todavia, para que se estabeleça uma verdadeira relação de poder entre dois atores, é necessário que ambos estejam inseridos no sistema intermicronacional. Ou seja, não obstante não seja imperativo, para os Estados Micronacionais, que estes relacionem-se com outros Estados ou com entidades não-estatais estrangeiras, é impossível que este tenha poder no Cenário Intermicronacional sem o fazê-lo.

A razão primaz para esta cena é que não há poder sem que haja uma base comparativa para o mesmo. Um estado, indivíduo ou grupo só se tornam poderosos porque se comparam com seus similares correspondentes. Se um Estado é Dominante por possuir coeficiente de poder  $x$  enquanto todos os seus oponentes possuem  $x/2$ , ele não o será se o acumulado de seus oponentes passar a ser de  $2x$ . Nesse sentido, podemos concluir que o poder é essencialmente relativo. [5] Em outras palavras, como diria Waltz, “power is measured comparing the capacity of determined number of units” [6] (ou atores).

## **Elementos Constituintes do Poder Micronacional**

No caráter de singularidade do Cenário Intermicronacional, podemos traçar três elementos constituintes do Poder Micronacional, sendo eles hierarquizados e aplicáveis a todos os atores intermicronacionais. O Poder Micronacional é constituído basicamente de três elementos fundamentais: o Recurso Humano, a Capacidade de Cooptação e o Capital Externo. Trataremos também o caso *sui generis* do poder econômico dentro do cenário intermicronacional.

## Recurso Humano

Existe, no Estado Micronacional – bem como em qualquer entidade micronacional – uma preponderância dos indivíduos que a compõem, em detrimento dos outros elementos. Nesse sentido, pode-se inferir que o Recurso Humano de uma entidade é, também, o elemento fundamental do Poder Micronacional. O potencial de poder de, p.ex., uma micronação, depende de seu Elemento Humano Associado, da capacidade inovativa, realizacional ou intelectual que os indivíduos que a compõe dispõem.

## Capacidade de Cooptação

A Capacidade de Cooptação é o segundo elemento na hierarquia de um ator intermicronacional. Ela se assimila muito à visão de soft power expressa por Joseph Nye em seu *Bound to Lead* [7]. Uma vez que inexiste o poder bruto, no micromundo – afora, talvez, os grupos terroristas transmicronacionais, que perpetraram ataques hacker –, inclusive pela posição inferior do da economia micronacional em relação à macronacional, o pêndulo de poder afaste-se do poder de dissuasão ao poder de cooptação. O poder de dissuasão pode ser entendido como “a capacidade de fazer com que os outros façam o que você quer” [8], enquanto o poder de cooptação significa “a capacidade de fazer com que os outros queiram o que você quer” [9]. Inexistindo os instrumentos necessários para ser possível, por meio da força, coagir um ator a mudar seu posicionamento, resta o outro extremo do espectro.

Alimentam a Capacidade de Cooptação o prestígio, a influência que uma entidade tem nas mentes de outros, no sentido que os estes desejem ser como aqueles, e, por isso passem a almejar coisas similares que os primeiros possuem ou desejam possuir. Podem ser alimentadores da capacidade de cooptação o sucesso de uma micronação, representado, p.ex., pelo número de referências que a mídia macronacional já fez a ela, pelo número de cidadãos ativos desta nação ou, ainda, pelo renome que seus cidadãos (ou Chefe-de-Estado) possuem junto ao conjunto da Sociedade Civil Intermicronacional.

## Capital Externo

O Capital Externo está na hierarquia inferior do Poder Micronacional pelo fato de não ser determinante na construção de um ente micronacional. Entretanto, se existente, o Capital Externo possui papel efetivo e influenciador para as práticas do micronacionalismo.

Consiste Capital Externo todo recurso financeiro disponível ao conjunto formador do ator intermicronacional para que ele possa realizar e impulsionar suas atividades micronacionais. O Capital Externo pode ser utilizado, inter alia, para arcar com os custos do domínio e hospedagem do sítio de uma micronação ou jornal, ou para pagar propagandas em sítios macronacionais, objetivando atrair mais interessados para sua entidade.

Em vista disso, o Capital Externo se torna muito mais um elemento impulsionador dos outros elementos do Poder Micronacional, uma vez que, a simples existência de Capital Externo – e mesmo sua aplicação – não se traduzem, necessariamente, em poder. Todavia, ele pode ser um recurso diferencial, que capacite entes micronacionais a um potencial de acúmulo de poder substancialmente maior do que seus pares.

## Poder Econômico Micronacional

Como já afirmado, este caso é *sui generis*. A explicação para a especificidade deste caso é o fato dele ser, por um lado, teoricamente possível e plausível, e, por outro, não se refletir na realidade do cenário intermicronacional.

Não obstante seja evidente a aplicabilidade de sistemas econômicos em micronações – excluindo-se aqui análises sobre as vantagens ou perdas deste ser ou não implantado –, estes sistemas econômico-monetários circunscrevem-se, em geral, nos limites do Estado específico. Nesse sentido, é inexistente um sistema econômico-financeiro intermicronacional.

Alguns pontos a se considerar são: 1) diferentemente da macrorealidade, as trocas comerciais inexistem no micromundo; 2) como existe a possibilidade de autosuficiência funcional, a interdependência entre os microestados pode ser nula; 3) não tendo o “capitalismo micronacional” alcançado nem mesmo um estágio primário do capitalismo mercantil, a idéia de um sistema financeiro, com fluxos de capitais e integrações, se torna ainda mais distante.

Por outro lado, considerando-se a microrealidade um reflexo de seu par macronacional, em tese, já existiria a idéia possível do poder econômico, inerente à análise sistêmica. Existe uma experiência recente, de uma integração entre a

Repubblica de Siena, o Principado de Sofia e o Alto Reino (atual Império Alemão) criando um princípio de integração econômica, inclusive com variações cambiais. Em vista disto, surgiria um embrião para um sistema econômico-financeiro intermicronacional – muito embora fosse de adesão espontânea e deixasse a possibilidade de alguns Estados não adentrarem-no – onde, dentre os membros daquele sistema, apareceria, teoricamente, a possibilidade de gerar diferenças entre econômicas seus membros. Nesse sentido, considerando o princípio da relatividade do poder, a partir do momento em que aparecessem diferenças econômicas, surgiria o poder.

Entretanto, todos esses fatos são demasiadamente recentes para uma análise empírico-científica correta e válida. Outrossim, é ainda extremamente complexa a tarefa de uma análise do Poder Econômico Micronacional real. Isto talvez seja explicado pela proximidade dos acontecimentos já passados – por sua falha inicial – e pelo fato de que o mosaico do que pode vir a ser um sistema econômico-financeiro intermicronacional estar ainda em formação, movendo diariamente as peças coloridas que o compõe. Por outra parte, é importante que deixemos aberta em nossas mentes a possibilidade teórica para a configuração de um Poder Econômico Micronacional ainda que este não seja hoje inteligível. Tanto otimismo quanto ceticismo criam desvios, distorcendo, por isso, o pensamento empírico.

## Encerramento

Este ensaio não objetiva finalizar o estudo sobre o poder micronacional. Porém, é importante iniciar o debate científico neste assunto e criar uma tese primária sobre a matéria. Este artigo tem como objetivo mostrar que o poder é inerente as relações intermicronacionais pos, como supracitado, enquanto as relações entre os atores intermicronacionais existirem, haverá diferenças entre eles. Não obstante, o estudo sobre o poder nas relações intermicronacionais é pouco desenvolvido, o que é, certamente, prejudicial para o avanço deste campo de estudo. Outrossim, eu exorto outros escolásticos a iniciar um debate virtuoso sobre o poder micronacional, concordem eles ou não com as idéias que expuz neste artigo.

## Notas

- [1] Stoppino, Mário. Poder. In: Bobbio, Norberto et al. Dicionário de Política, Volume 2. p. 933.
- [2] Allison, Lincoln. Power. In: McLean, Iain; McMillan, Alistair. Oxford Concise Dictionary of Politics. p. 431.
- [3] Morgenthau, Hans. Política entre as Nações. Brasília: Ed. UnB, 2004. p. 18.
- [4] Nye, Joseph. O Paradoxo do Poder Americano. São Paulo: Ed. Unesp, 1ª Edição, 2002. p. 30.
- [5] Cf. Stoppino, Mário. Op Cite.
- [6] Waltz, Kenneth. Theory of International Politics. Nova Iorque: McGraw-Hill Inc., 1979. p. 9.
- [7] Nye, Joseph. Bound to Lead.
- [8] Nye, Joseph. Op. Cit.
- [9] Ibidem.

\* **Carlos Goldstein**, 19, é editor da Revista de Estudos em Micropatriologia, e colunista dos periódicos Tribuna Popular, o Cordel e O Cometa. Diplomata de carreira, exerce, com o título de Embaixador, a Secretaria-Geral das Relações Exteriores do Sacro Império de Reunião. Parlamentar, é Presidente do Egrégio Conselho Imperial de Estado.

# Classes Sociais no Micronacionalismo?

Felipe Aron\*

*Artigo publicado no Pravda 50 e remodelado para a Revista de Estudos em Micropatriologia.*

Nos últimos tempos, a discussão sobre uma divisão entre tipos de cidadãos micronacionais, aqueles que são ativos, criativos e produzem o que os demais reproduzem, ora chamados de notáveis, ora de extraordinários; aqueles regulares que ocupam geralmente cargos médios, são encarregados de algum trabalho burocrático ou são os bons cidadãos que duram cerca de um ano e somem; ou então, os que não cooperam com nada, que pouco entendem a lógica micronacional. Segue nos próximos parágrafos, uma análise de algumas das principais teorias do assunto e nossa contribuição.

## 1 - Idéias Clássicas: Esquerda Portoclarense no Final da Década de 90

Em agosto de 1999, quando Pedro Casagrande Baez (PMTU) assumiu a presidência da República de Porto Claro, em razão da renúncia de Fabiano Carnevale (PV), a esquerda portoclarense composta de PMTU, PC de PC, PT e UJS se uniu em um fórum comum para debater sobre uma teoria socialista micronacional. Um dos principais resultados publicados, trata-se de um artigo de autoria conjunta de Adriana Moura, Camarada Wilson e Ari Silva e que se tornou clássico para toda a esquerda micronacional. Neste artigo, os socialistas afirmam que uma sociedade micronacional - no caso, utilizaram Porto Claro como exemplo - possui uma moeda de troca, mas não uma moeda capitalista e sim, nos moldes de um escambo pré-capitalista, esta moeda, ao invés de objetos para troca, estaria na experiência. A experiência de cada um adquirida em trabalhos, projetos e interagida nos processos sociais de várias consciências políticas teóricas e práticas cria o status quo que divide a sociedade em classes. Quando os portoclarenses falam em produção e valor de troca, estão falando da influência, do poder de agregação, como poderemos conferir mais adiante. Eis as classes separadas pelos pioneiros de Porto Claro:

### Notáveis:

Cidadãos ativos que produzem muito e com qualidade, o que faz, conseqüentemente, que estes mesmos cidadãos acumulem mais e melhores valores de troca. Em Porto Claro, usamos a mesma lei de mercado para a troca das mercadorias (maior produção e qualidade, maior retorno). Excetuando-se o fator preço (visto a inexistência do dinheiro), o que vemos é um acúmulo de valores de troca por parte desta classe.

### Notórios:

Cidadãos que produzem regularmente materiais de qualidade duvidosa. Esta falta de qualidade faz com que o cidadão não consiga "trocar" seu produto, isolando-se da classe dos notáveis, porém sem perder "seu crédito".

### Esporádicos:

Cidadãos que produzem pouco e/ou com qualidade ruim. Seu produto quase sempre é rechaçado e "devolvido" às origens. Este cidadão não tem poder de "barganha" e naturalmente abre sua "falência", pois seus valores de troca são insuficientes. Seus produtos se perdem antes de serem consumidos, ou seja, são excluídos antes de serem lidos.

### Inativos:

Produzem de pouquíssimo a nada. Estes só são lembrados na "limpeza" do censo ou em época de eleição. Não produzem mercadorias (valores de troca) para o intercâmbio e geralmente "morrem de inanição".

Para sua época, é uma teoria genial. Os socialistas, ainda em 1999, há quase sete anos atrás, já buscavam explicações para o fatode que alguns micronacionalistas agregavam, criavam projetos que tinham mais chances de dar certo, enquanto um outro tipo de cidadão, "não tem poder de "barganha" e naturalmente abre sua falência".

Outra conclusão interessante está na seguinte passagem:

"A existência dessa "moeda" circulante, por si só, não determina a divisão da sociedade em classes sociais, mas quando a ela são adicionados fatores como ideologia e atitude, ambas pessoais, criamos as condições necessárias para que haja esta divisão. Esses três fatores são os responsáveis pelo surgimento do STATUS QUO, e esse status propicia a divisão da sociedade portoclarense em quatro classes sociais"

O que significa dizer que os três fatores citados são responsáveis pelo surgimento do Status Quo?

Podemos interpretar que, se os notáveis têm o maior poder de influência, eles irão conduzir o país, sendo que os notórios vão meramente se juntar em torno de um notável - ou pode se lançar a tentar ser um notável, os esporádicos vão ser mais ainda dependentes do notável que o influencia e o inativo pouco ou nada significará para a sociedade. Desta forma, os notáveis, poderão entrar em disputas ferrenhas pela hegemonia, até que, talvez pela saída de alguns deles ou por acordo de interesses, estes notáveis venham a se unir e formar uma oligarquia. O conjunto dos notáveis é peça fundamental na formação deste processo e na criação de cada status quo da nação, mas... Quem são os notáveis sem pessoas para agregar? Por isso, todas as classes são importantes - exceto os inativos, para os processos sociais que propiciem uma manutenção e reprodução do status quo.

Estes primeiros passos dos então portoclarense, que depois de uma guerra civil entre os socialistas e a direita portoclarense, declararam a independência de alguns distritos, formando a República Participativa de Campos Bastos, com um sistema coletivista que tem influência direta na União Soviética, país em que se encontram muitos destes socialistas pioneiros.

## 2 - As Críticas de Edson Veloso no "Micronacionalismo de Fato"

Em seu jornal, "Micronacionalismo de Fato" (edições 3 e 4), o socialista portoclarense contemporâneo, Edson Veloso, resolveu analisar as idéias clássicas e chegou em uma crítica pertinente: a falta de dialética entre as classes. Elas existem, produzem o status quo... E daí?

De fato, a dinâmica das classes ficou abstrata e um tanto vaga, não pressupondo uma dialética de fato, entre as classes. Desta maneira, abre espaço para o relativismo liberal, para a concepção pós-moderna, onde os pioneiros utilizam a palavra "ideológica" para detonar qualquer posição política, como se todas possuíssem o mesmo valor. Veloso então, avança para uma concepção dialética, no parágrafo que segue, tratarei de condensar a idéia exposta por Veloso da dialética micronacional:

Tomemos este processo de aquisição de experiência e divisão entre notáveis, notórios, esporádicos e inativos como Infra-Estrutura; tomemos também a organização do Estado, suas instituições e a política como Super-Estrutura. Edson Veloso propõe que exista uma relação dialética entre estas duas esferas. A criação e manutenção do Status Quo, então, estaria na Infra-Estrutura, porém, o conteúdo destes Status-Quo já deixa de ser abstrato, passa a ser a Super-Estrutura, que pode ter vários elementos, desde o virtualismo constante do Reino Teocentrista de Valquíria, ao forte mensagismo do Reino Unido dos Açores e assim por diante. Por outro lado, esta Super-Estrutura irá ser muito influente na maneira como os consequentes cidadãos irão adquirir experiência, como serão as classes, o que irá definir a organização política do Estado e assim, num ciclo dialético.

## 3 - O Ciclo Dialético Ganha Corpo: Os Paradigmas Micronacionais

República, monarquia; democracia, tirania; democracia direta, sistema representativo. Nenhum, absolutamente nenhum destes, significa um paradigma. Como foi brilhantemente observado por Edson Veloso, são meramente elementos de super-estrutura. Tampouco, o fato do país ter um monte de cidadãos gênios e polivalentes ou o fato do país ter um monte de novatos desorientados, significa um paradigma, mas elementos de infra-estrutura. Onde estão, então, os paradigmas? Estão exatamente no ponto dinâmico entre as duas estruturas, que, como são dependentes (os cidadãos não existem sem a micronação e estas não existem sem cidadãos), precisam de um elo, uma ligação que reproduza constantemente ambos, isto é, leve os cidadãos a fazerem as instituições funcionarem de forma a ter maior eficiência para conseguir novos cidadãos ativos e se renovar constantemente. Isto é o paradigma, o fazer micronacionalismo.

Quando se fala em fazer micronacionalismo, vem à cabeça a idéia de atividade. Uma das maneiras mais eficientes de se conhecer rapidamente o paradigma dominante em alguma nação é perguntando aos cidadãos o que estes entendem por atividade produtiva, que é um conceito perfeito para separar aquilo que a tendência dominante da micronação entende por atividade útil que produz micronacionalismo de boa qualidade das inutilidades, dos projetos sem sentido e até de comportamentos prejudiciais. Em cima disto tudo, posso dizer que virtualismo, mensagismo, realismo, micronacionalismo 'ursinhos carinhosos' ou movido à base de intrigas, são alguns elementos dos paradigmas.

Em um encontro em 2003, lembro de ter ouvido um sofista dizer que achava que os pasárgados não eram micronacionalistas, estavam mais para uma ONG, porque não tinham mapa, não tinham exército e nem cidades! Se os pasárgados não tinham nenhum destes elementos, então, para este sofista, eles não faziam micronacionalismo. Da mesma forma, muitos pasárgados da época, consideravam que construir casinhas e ter dinheiro de mentira, estava muito mais para um jogo de banco imobiliário do que micronacionalismo, ou seja, não eram atividades produtivas. Isto denota claramente uma forte diferença no conceito de atividade produtiva e conseqüentemente, do fazer micronacional. Sofia poderia ser uma república ou Pasárgada um principado. Isto não mudaria em nada o quadro, seria apenas uma mudança na super-estrutura.

#### 4 - O Paradigma Dominante e o Pasárgado...

Tomemos a micronação fictícia, "Ducado do Guarujá", governada por Farid I. Digamos que seus cidadãos são extremamente wundicos (gíria para 'mensagísticos desenfreados') e enviam várias mensagens de uma linha cada, produzindo um chat em lista nacional, onde também existe todo o tipo de virtualismo, existem desde padeiros micronacionais até sequestradores que pedem helicópteros como resgate de fictícias vítimas. A chancelaria e todos os órgãos políticos vitais são dominados por dois ou três mais experientes e então, um belo dia, Farid I, insatisfeito que sua micronação não é muito levada a sério e cansado das voltas em torno do vazio de sua micronação, resolve então, baixar um decreto extinguindo todo o tipo de virtualismo. Será que houve alguma mudança no paradigma? Certamente que não. Os cidadãos não mudaram em nada, eles não vão saber como agir e talvez até saiam do reino e fundem uma nova micronação onde poderão continuar sendo virtualistas. A desgraça do Farid I encontrará vários motivos:

- a) A dualidade virtualismo/realismo não é "o paradigma" em si, mas apenas parte dele. Não adianta querer modificar o paradigma apenas modificando à força uma de suas facetas. Os cidadãos não modificaram seu conceito de atividade produtiva, simplesmente vão achar que o Duque é um burro que os proíbe de serem ativos.
- b) Nenhuma mudança em elementos formadores do paradigma podem ocorrer "de cima para baixo". É preciso que os cidadãos estejam convencidos da necessidade. É preciso que os mais aglutinadores estejam prontos para estas novas idéias e aglutinem os demais para a mudança.

Os itens "a" e "b" nos conduzem para uma questão:

Se virtualismo, mensagismo, etc. são partes de um paradigma, então qual é este paradigma?

Para Bruno Cava, o micronacionalista lusófono que mais vem aprofundando esta questão, há um paradigma dominante na lusofonia, criado em Porto Claro e Reunião em 1998-99, reproduzido em toda lusofonia e que chegou a ser superado por Pasárgada em 2002-04, em tentativa que acabou se esgotando e hoje sucumbe ao paradigma dominante. Este paradigma significa o conjunto de doutrinas para a manutenção da sociedade e, como a lusofonia possui o seu conjunto de Estados no mesmo universo, serve também para demonstrar atividade. Daí todo o imediatismo do paradigma, é preciso demonstrar que o país é o mais ativo, então, é preciso ter mais mensagens em lista que o vizinho, mais jornais, mais empresas, mesmo que todas elas desapareçam logo depois! É uma sucessão infinita de 'agoras' que são como espaços disputados à tapa para ver quem é o melhor, o virtualismo, em grande parte, surge para tapar buracos nesta luta incessante de aparências: não é preciso desenvolver nada nas relações sociais, à longo prazo, basta inventar vários elementos e fabricar uma identidade nacional, mesmo que não corresponda com a realidade.

A Comunidade Livre de Pasárgada, por outro lado, questionou todos estes elementos paradigmáticos, literalmente extirpando-os de sua sociedade pelo convencimento por parte dos notáveis e a adesão dos demais. Reproduziu-se uma sociedade diferenciada, marcada pela politização, onde passou a se entender o conjunto de cidadãos, não como meros personagens, mas como uma sociedade de pessoas de carne e osso com regras próprias e identificação de idéias no



esplêndido sistema de Casas e Cantões. Entretanto, as inovações pasárgadas jamais se incorporaram ao paradigma dominante micronacional.

Pasárgada influenciava a lusofonia, fez com que muitas nações acabassem, por exemplo, dando maior importância para a política, ainda que na maioria das vezes, pensando somente em processos eleitorais mais animados. A lusofonia, porém, influenciou muito Pasárgada, a própria super-estrutura deste país, mesmo que com várias inovações, ainda era influenciada pelas limitações do paradigma dominante, gerando um sincretismo, uma disputa paradigmática interna, onde um partido político, aquele do paradigma dominante da lusofonia, ganhasse o respeito e a admiração de toda a lusofonia para uma "heroica" missão: desmontar todas as inovações, em nome da democracia e da liberdade, questionando cada um dos pontos que Pasárgada conseguiu adquirir com muito esforço, as reivindicações da Casa Mundo Pasárgado, ou somente "CMP" foram sistemáticas: o "espaço para o virtualismo" durante o governo da CorPas, o "direito do mensagismo desenfreado" durante o governo AFP.

Hoje, Pasárgada se encontra corroída pelo partido do paradigma dominante. É um lugar de livre circulação de wundicos que bombardeiam a lista com mensagens-chat em alucinante ritmo de frenesi, além de o país não ser nem de longe uma referência como aquele que superou o virtualismo, mas sim, o país que se tornou apenas um na multidão. Com vários cidadãos, muita gente inteligente, mas apenas uma nação vagando despreocupada, sem nada à longo prazo, apenas vivendo o agora. Nem o próprio Bruno Cava aguentou ficar por lá.

## 5 - Voltando à Luta de Classes...

Tomo a liberdade de simplificar o esquema de classes. Ao invés de notáveis, notórios, esporádicos e inativos; pela falta de importância do inativo, vou excluí-lo e também, por não haver necessidade de aprofundar as diferenças entre notórios e esporádicos, uma vez que me refiro à utilização dos produtos do mesmo e não necessariamente a qualidade destes, unifico estas categorias. Desta forma, caio no mesmo esquema formado por Bruno Cava ao denominar uma divisão entre tipos de micronacionalistas de Extraordinários e Ordinários. Daqui pra frente, prefiro chamar pela denominação de Cava, pela falta de um nome para a unificação entre esporádicos e notórios. Que seja, vou abreviar como "EXT" e "ORD".

Os EXT são aqueles que pensam o paradigma e seus elementos. Os ORD dançam conforme a música. Claro que não de forma tão mecânica, afinal, um micronacionalista pode ser ORD e com o passar do tempo e em seu próprio aprendizado e experiência, passar a ganhar qualidades que o qualifiquem como um EXT ou ainda regredir e passar a ser um ORD, como se trata de um conceito abstrato, não se trata de rotular cada micronacionalista como EXT ou ORD, mas entender que a própria prática de cada um pode conduzi-lo à cumprir um papel de EXT ou ORD em cada processo social.

Como bem observou Bruno Cava, os ORD são maioria e os EXT são escassos, não é impossível correrem o risco de extinção, causados por eles mesmos. Acontece que o paradigma dominante só é dominante porque os ORD, a maioria, são adeptos deste paradigma. Apenas uma atuação extraordinária pode questionar os valores do paradigma e assim, aglutinar ORD para um projeto diferenciado. A luta de classes é uma luta paradigmática, enquanto os ORD conhecem apenas o micronacionalismo corrente e preferem manter assim, sem pensar nas consequências futuras, os EXT tem a capacidade de revolucionar, mas assim, bater de frente com a consciência dos ORD.

Nenhuma destas classes é uniforme. Dentro dos EXT, existem aqueles que pretendem usar seu potencial revolucionário para questionar tudo o que não for necessário em termos paradigmáticos, seja o virtualismo, o mensagismo, o imediatismo; e ainda adaptar ao máximo a super-estrutura para a potencialização da produção genuinamente micronacional, do fortalecimento da identidade verdadeiramente micronacional que não pode ser inventada, mas somente surgir nas próprias relações sociais, o que maximiza a participação de cada um dos cidadãos e conseqüentemente, a sua experiência, propiciando que cada vez mais ORD tenham chance de serem EXT e melhores e mais conscientes micronacionalistas.

Ainda dentro dos EXT, existem, porém, aqueles que apenas querem se manter como lideranças estáveis entre os ORD. Daí, como estes ORD estão alinhados com o paradigma dominante, estes EXT, do alto de sua grande compreensão da lógica micronacional, não pretendem questionar o paradigma, mas adequar seu discurso e sua prática de forma que, consigam estar sempre em posições confortáveis, utilizando sua vantagem em uma sociedade onde "quem tem um olho é o rei".

Por isto, estes EXT tem pavor daqueles que, em concepções extraordinárias, pretendem questionar o paradigma dominante que os sustenta o poder incontestável. Corre para tapar os olhos dos ORD que se aglomeram diante dele e ao sinal de qualquer possibilidade de ver os seus colocados em crise, partem para a ridicularização e reducionismo à la

Bernardo de Alvarenga falando aos membros da CMP sobre o governo "do mal" da CorPas; os líderes havaneses escrevendo uma carta ridicularizando os pasárgados; Thedin chamando desesperadamente outros micronacionalistas de chatos ou prolixos e assim por diante. Estes EXT são traidores da classe, tem pavor de qualquer micronação que possa estar dando certo porque é aí que é mais propício o questionamento dos valores dominantes ou até a subversão destes. Estes EXT sempre defendem os ORD, mesmo em situações absurdas, defendem os ORD enquanto forem ORD. Defendem que exista uma classe cada vez maior de ORD, onde possam reinar absolutos.

Por definição, existem então, EXT revolucionários e EXT reacionários, aqueles que querem evoluir nossa prática micronacional e aqueles que pretendem manter o status quo permanentemente com 'verdades absolutas' e 'consensos fabricados'. A luta revolucionária ocorre entre EXT e a consciência de senso comum dos ORD e o reacionarismo da conciliação de classes ocorre quando os EXT se unem aos ORD em coro contra os demais EXT.

## 6 - O Papel da União Soviética

O socialismo micronacional se postula como o modelo mais eficiente para o desenvolvimento de mais EXT, propiciando em seu coletivismo a maior participação popular, e em seu sistema estrutural, a manutenção de instituições e órgãos fortes, não momentâneos, com história e identidade onde o micronacionalista poderá ir desenvolvendo sua capacidade aos poucos, até explorar limites que outros países não podem atingir pela falta de organização institucional ou oligarquização do regime. Em uma frase: buscamos fazer transformações à partir do paradigma pasárgado e do sistema campinense de forma a organizar paradigma e super-estrutura para a potencialização da infra-estrutura.

Cabe à União Soviética, fornecer auxílio à esquerda em âmbito intermicronacional, os revolucionários. Não os meros briguentos ou os que querem apenas se vestir de alcunha de socialistas, mas aos que procuram revolucionar paradigmamente. Não somos, ainda hoje, um modelo consolidado, mas já somos uma referência, a lusofonia nos observa e apenas nosso futuro, feito com muito esforço de todos poderá dizer se somos a esperança dos progressistas de toda o micronacionalismo lusófono, banhado nas crises cada vez mais fortes do paradigma dominante.

\*Felipe Aron, soviético, é editor do periódico Pravda e micropatriólogo.